

TEMA: EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES

## **MULHERES: O DISCURSO DA LIBERDADE E O AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO**

Débora Vogel da Silveira Dutra<sup>1</sup>

### 1 Introdução

A carga horária assumida pelas mulheres no mundo do trabalho formal ou informal, doméstico ou no mercado de trabalho, aumentou proporcionalmente à sua luta em prol da liberdade e da igualdade de direitos para com os homens. Uma luta legítima em busca da igualdade tão proclamada pelas revoluções em todo o mundo serviu de base para o encorporamento do movimento das mulheres que denunciaram a negação de seus direitos e reivindicaram condições equiparativas no cotidiano das relações sociais, de família e de trabalho.

Porém, a história tem denunciado que as mulheres têm de fato acumulado cada vez mais funções, somando-se a vida doméstica com a profissional, na medida em que os homens, na sua grande maioria, não assumem as suas parcelas de responsabilidade nessa via que deveria ser de igualdade para ambos.

### 2 Variações sobre as mulheres

O papel atribuído às mulheres sempre variou no tempo e espaço. Isso porque o elemento cultural sempre foi preponderante para determinar as funções que elas deveriam assumir na vida familiar e no contexto social vigente. Assim, a vida das mulheres ocidentais sempre teve suas especificidades em relação às orientais, por conta dos mais diversos elementos da vida estrutural de ambos os grupos, perpassando pela questão religiosa, de costumes e do próprio legado que receberam nos seus locais de origem.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela UFSC na linha Teoria e Filosofia da História do Direito. Bacharel em Direito pela UNOCHAPECÓ. Licenciatura Plena em História pela UNOESC. Licenciatura Plena em Ciências da Religião pela UNOCHAPECÓ – PARFOR. Professora efetiva da rede estadual de Santa Catarina há 21 anos trabalhando com História. Professora concursada da UNOCHAPECÓ da área de Ciências Humanas e Jurídicas trabalhando entre outros componentes com Direito de Empresa nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Filosofia do Direito no curso de Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania e do projeto de extensão PECJur – Programa de extensão comunitária jurídica da UNOCHAPECÓ.

É relevante que tais diferenças sejam observadas quando se trabalha em uma linha de comparação das mulheres de diferentes espaços, bem como quando se pretende unificar à todas elas sob um mesmo discurso homogeneizador que não dá conta de abarcar a grande diversidade presente nesse universo.

No entanto, guardadas as devidas proporções, a luta em busca de liberdade, seja ela de opinião, expressão, de acesso aos bancos escolares e ao mercado de trabalho, esteve presente em grande parte das sociedades do mundo todo. Possivelmente, devido aos fortes elementos culturais e diretamente religiosos, muitas mulheres não tomaram consciência dessa luta e não participaram efetivamente da mesma. Tal fato não significa que elas não alimentem desejos de também poderem se manifestar e usufruir dos mesmos direitos que seus maridos, seus pais, seus irmãos e todos aqueles que representam o sexo dominante nas sociedades onde elas encontram-se inseridas.

A grande maioria das sociedades, principalmente as clássicas, como a romana e a grega, eram patriarcais e as mulheres não eram consideradas cidadãs e não participavam da vida política e das decisões ou eram consideradas cidadãs de segunda categoria, o que renegava à elas um papel sempre submisso às decisões tomadas pelo sexo masculino.

Assim, por muito tempo as mulheres não puderam opinar e nem decidir sobre suas vidas. Primeiramente estavam sob a tutela do pai, figura masculina que ditava as regras dentro do ambiente familiar, e posteriormente, quando se casavam, e na maioria das sociedades esse era o objetivo, elas passavam a ser tuteladas pelos maridos. Em muitas sociedades foram vistas apenas como um meio de procriação e reprodução da espécie humana e sofreram inúmeros tipos de violência que seus corpos foram capazes de suportar.

Nesse sentido, o discurso do sexo frágil sempre serviu para construir um imaginário que justificasse o fato de que as mulheres necessitavam serem “protegidas” por serem mais delicadas que os homens. Essa ideia não era a de respeito, mas sim de dominação subjetiva, velada ou muitas vezes objetiva e escancarada que alimentou o desejo cada vez mais latente de articulação em busca da liberdade.

As diferenças foram sendo aplicadas em cada espaço geográfico e cultural, mas sem dúvida, é inegável que muitas semelhanças podem ser identificadas quando se estabelecem paralelos entre mulheres de diferentes culturas. A relação de submissão,

dominação e muitas vezes exploração e violência, aparecem de forma cotidiana na vida dessas mulheres.

Mesmo na medida em que as transformações foram afetando a vida em sociedade e familiar, ainda assim, constituía-se em uma questão de que o homem precisava manter a honra perante a coletividade, demonstrando quem de fato ditava as regras do permitido e do proibido dentro e fora dos seus lares.

Foi nesse triste contexto que as mulheres foram criadas, algumas poucas endeusadas e privilegiadas, enquanto uma maioria era subjugada e tratada com extrema inferioridade, mas relevante se faz anotar que tais fatos alimentaram e possibilitaram que a luta das mulheres nascesse e se expandisse pelo mundo todo.

Na Revolução Francesa, grande marco da Idade Contemporânea, símbolo da queda da monarquia e da tomada do poder pelos burgueses, não pode ser vista como uma grande revolução com no mínimo dez longos anos de duração, em que somente homens travaram suas batalhas bélicas e ideológicas. Faz-se necessário refletir, onde se encontravam milhões de mulheres francesas nesse período, em plena efervescência do século XVIII. De uma forma ou outra, elas lutaram nessa revolução, como em tantas outras que eclodiram pelo mundo. Porém, foram sendo invisibilizadas, encobertas por uma história escrita por homens e para homens. Seus nomes não foram registrados para que não ganhassem maior destaque do que os grandes heróis do sexo masculino. Estes sim, dotados de vigor e força física, empunhavam armas e venciam os inimigos, à força. Atributo que se considerava inerente ao homem e ausente no sexo frágil feminino.

Olímpia de Gouges foi uma dessas mulheres francesas que durante muitos anos foi literalmente “apagada” da história. Mesmo tendo participação efetiva na revolução e tendo escrito um relevante documento no calor dos acontecimentos, acabou guilhotinada e sua luta foi sufocada. Em um mesmo contexto em que os franceses publicaram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, Olímpia de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã dedicada à Rainha. Esse documento representava a luta pela visibilidade das mulheres e de seus direitos, principalmente em um momento em que a temática era a questão dos direitos.

Assim, essa importante figura histórica

Deve ser conhecida e louvada, para correção da dupla injustiça de que foi vítima: a injustiça da condenação à morte por suas manifestações humanistas,

sem que tivesse cometido qualquer crime e sem que lhe tenha sido assegurado o direito de defesa, e a injustiça da ocultação de sua vida e de suas propostas, muito bem elaboradas, para a instauração de uma convivência pacífica e justa de homens e mulheres. (DALLARI, 2016, p.143)

Dessa forma, Olímpia foi apenas uma das mulheres propositalmente “apagadas” dos grandes feitos da história. Ela foi guilhotinada como muitas outras francesas durante o período do Terror. Antes dela, milhares de outras mulheres foram queimadas em fogueiras públicas. Isso significa que apenas as formas de calar as mulheres foram sendo alteradas no decorrer da história, mas o objetivo maior sempre foi o mesmo, o de manter a sociedade sob o controle dos homens.

Assim, a própria Revolução Francesa revelou que os rebeldes burgueses não buscavam uma igualdade total, nem se preocupavam com os direitos das mulheres, que continuavam tendo um papel secundário na história.

### 3 A Revolução Industrial e as mulheres

Os registros indicam que a revolução industrial na Inglaterra iniciou-se na segunda metade do século XVIII, por volta de 1750, ou seja, antes de estourar a Revolução Francesa. No entanto, o desenrolar a revolução industrial deu-se de forma gradual em diferentes espaços do mundo.

Na realidade vigente na ilha inglesa do século XVIII, as mulheres que migraram das áreas rurais, juntamente com suas famílias, homens e crianças, representaram uma grande massa de mão-de-obra barata, voltada para as incipientes atividades fabris, em locais insalubres e sem nenhum direito trabalhista vigente.

As mulheres, assim como as crianças, eram as primeiras a serem recrutadas para trabalharem nas fábricas inglesas, enquanto muitos homens acabavam ficando desempregados. Isso porque, naquela época, já se pagavam salários mais baixos para mulheres, que saíam exaustam depois de longas jornadas de trabalho fabril, onde além de terem sua mão-de-obra explorada economicamente, sofriam também abusos de diversas ordens por partes dos homens que representavam seus superiores nesses locais de trabalho.

Nessa época não havia há quem recorrer, pois não existiam direitos trabalhistas e quando alguém se recusasse a trabalhar em péssimas condições e ganhavam baixos salários, outra pessoa se sujeitava a ocupar tais trabalhos.

Foi nesse sistema de exploração do proletariado, categoria marxista que definia a amplitude dos trabalhadores fabris, que o capital foi sendo cada vez mais acumulado pelos burgueses e que representou diretamente uma clara discriminação do trabalho feminino associado às demais formas de preconceito que envolviam as mulheres e a sua mão-de-obra.

#### 4 As mulheres no século XX

Nas sociedades ocidentais, de forma especial, o contexto mundial sócio, econômico e político do século XX que acabou se traduzindo em dois grandes conflitos representaram diretamente grandes transformações na vida das mulheres de diferentes países.

No início do século XX quando as primeiras movimentações já apareciam e os países se preparavam para a Grande Guerra que iniciou-se em 1914, as mulheres ocidentais dos países que mais foram atingidos geograficamente pela conflito, tinham em sua grande maioria, uma vida doméstica mais restrita aos afazeres da casa e dos cuidados dos membros da mesma.

Isso significa que apesar de um grupo mais privilegiado ter acesso à educação formal e aos estudos de uma forma mais ampliada, ainda assim, não fazia parte dos padrões da época, que as mulheres exercessem profissões específicas que lhes tomassem o tempo que deveriam dedicar às suas famílias. Ou seja, de uma forma ou outra, o Estado buscava controlar a sociedade através do modelo ideal de família a ser cultivado. (CASTANHO, 2014, p.26)

Para uma classe média alta dos países europeus, principalmente, as mulheres deveriam preocupar-se essencialmente com a ideia do casamento e do lar a ser formado. Isso significa que, “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo”. (BEAUVOIR, 2016, p.185)

Essa visão que ainda perdura até a atualidade, em certa medida, acerca da mulher e do destino que ela deve ter, é alimentada principalmente por pessoas de gerações mais antigas, no sentido de que o casamento é o melhor caminho a ser seguido.

No entanto, apesar da grande propaganda subjetiva acerca do casamento, há de se considerar que, o mesmo “sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. [...] Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade.” (BEAUVOIR, 2016, p.186)

Assim, a construção da figura do homem, da sua masculinidade e responsabilidade perante a família, serviu sempre como uma justificativa para que o homem tivesse uma profissão específica, trabalhasse fora de casa e diretamente tivesse uma maior liberdade de locomoção, de pensamento e de participação na vida e nas decisões da sociedade.

Porém, a partir da eclosão da Primeira Guerra em 1914, a situação social foi aos poucos sendo alterada, pois como muitos homens estavam lutando diretamente no conflito, havia grande falta de mão de obra para o setor bélico e outros que antes eram exercidos essencialmente pelos homens. Dessa forma, as mulheres foram se inserindo no mercado de trabalho, inicialmente para ocupar os postos dos homens que estavam lutando na guerra, mas com o fim da mesma, e a volta de parte dos homens do conflito, ainda havia falta de pessoas para ocupar determinadas funções no mercado de trabalho.

Há de se considerar que uma grande parcela de mulheres que iniciou sua atividade no mercado de trabalho com o Grande Guerra, decidiram que ocupariam suas funções de forma definitiva e demonstraram para seus maridos que a contribuição econômica que elas proporcionavam para a família seria de extrema relevância para o sustento da casa e a melhoria na qualidade de vida da mesma.

Porém, apesar dessa contribuição das mulheres no quesito econômico, a forma como as relações sociais foram se estabelecendo e se mantendo entre homens e mulheres ao longo dos séculos, encontrava-se enraizada de tal forma que a dominação masculina no decorrer do século XX, passando pelas grandes transformações sociais das duas grandes guerras, ainda era uma visão de dominação e submissão dos homens sobre as mulheres. Portanto,

o que é mais grave, de eternizar a estrutura de dominação masculina descrevendo-a como invariável e eterna. Ora, longe de afirmar que as estruturas e dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado). (BORDIEU, 2018, p.56)

Assim, é perceptível identificar que a construção história de uma relação de imposição em que os dois lados não ocupam uma mesma condição de igualdade, tem se mantido com o auxílio de outros elementos que compõem a complexa estrutura social vigente.

O ponto central dessa problemática diz respeito não somente à uma inserção desigual no mercado de trabalho para as mulheres, mas no acúmulo de carga horária, no trabalho e em seus lares, que as mesmas tiveram que enfrentar e ainda acumulam na atualidade, tendo que efetivamente exercer três turnos de trabalho em prol da luta pela liberdade profissional e cidadã.

Com os resquícios de uma sociedade patriarcal e machista, em muitos lares ainda se mantem uma visão de que quando os homens fazem trabalhos domésticos estão apenas “ajudando” suas mulheres em tarefas eminentemente femininas.

Desconstruir essa ideia de que os trabalhos domésticos são deveres apenas femininos e que as mulheres devem de cuidar dos filhos, da casa e do marido implica em uma mudança de mentalidade, de cultura a longo prazo. Faz-se imprescindível trabalhar com as gerações em processo de formação a partir do ponto inicial do respeito e da responsabilidade conjunta e igualitária para que não vingam teorias de segregação de cunho racista que refletirão em violência e na negação dos direitos às mulheres. É preciso que os homens compreendam que as mulheres não tem que arcar com os custos de sua opção de ter uma carreira profissional, e de que os compromissos dentro da família devem ser os mesmos, independente do sexo das pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres pela liberdade e independência teve grande relevância para a história mundial. É inegável o espaço que as mulheres conquistaram, muito além dos lares domésticos que lhes foram entregues quando dos seus casamentos.

O ônus que recaiu sobre os ombros das mulheres foi sem dúvida o acúmulo de funções onde acabou somando-se as tarefas domésticas com a vida profissional, ou seja, com a carreira que cada uma lutou para ter. Esse foi para a grande maioria, o custo de buscar o direito à igualdade.

De forma alguma tal fato desmerece a luta ou diminui o brilho das opções das mulheres, sejam daquelas que se inseriram no mercado de trabalho, seja daquelas que optaram por criar seus filhos e cuidar da casa e dos afazeres, mas que reivindicam a palavra e opinam sempre que achar necessário.

O caminho da construção desses direitos foi árduo e custou a vida de milhares ou milhões de mulheres. Se hoje muitas ocupam posições de comando, de respeito, se conseguem efetivamente se impor em um mundo masculino, não é porque os homens simplesmente fizeram concessões às mulheres, mas é porque suas antepassadas foram à luta, não se calaram e buscaram sempre o direito à igualdade.

#### Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. V.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

CASTANHO, Maria Amélia Belomo. **Planejamento familiar**: o Estado na construção de uma sociedade inclusiva e a participação social para o bem comum. Curitiba: Juruá, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã por Olímpia de Gouges**. São Paulo: Saraiva, 2016.